Banco Cooperativo do Brasil S.A - Bancoob e Empresas Coligadas

CNPJ: 02.038.232/0001-64
SIG - QD 6 - LOTE 2080 - BRASÍLIA - DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Macroeconômico

O ano de 2015 foi marcado por forte deterioração das condições econômicas no Brasil. Embora o cenário negativo tivesse sido amplamente antecipado por analistas e pelo mercado, o desempenho mostrou-se ainda pior que o esperado, especialmente do ponto de vista da atividade econômica. Houve algumas medidas efetivas na busca de correção dos desequilíbrios ao longo do ano que foram prejudicadas pela combinação das crises econômica, política e fiscal. A piora do sentimento externo em relação ao Brasil culminou, em setembro, na decisão da agência *Standard & Poor's* de retirar o grau de investimento do país, movimento que foi seguido ao final do ano pela *Fitch Ratings*. No exterior, a despeito da continuidade da recuperação em algumas regiões, especialmente em países avançados, consolidou-se a perspectiva de crescimento lento e o receio com o ritmo de desaceleração da China. Com isso, os preços de *commodities* sofreram novas quedas acentuadas, impactando os ativos de países exportadores destes itens, como o Brasil. Nos Estados Unidos, com o ritmo de crescimento econômico mais consolidado e a recuperação plena do mercado de trabalho, o *Federal Reserve* iniciou o aumento da taxa de juros no final do ano, sinalizando um processo gradual de ajuste monetário.

No Brasil, espera-se forte contração no PIB de 2015, estimativa de –3,8% pela pesquisa Focus de 26 janeiro de 2016. Sob a ótica da oferta, o único destaque positivo ficou para o setor agropecuário, que possivelmente conseguirá manter crescimento, mesmo que modesto, em virtude de sua elevada competitividade e da menor importância relativa do mercado interno. Por outro lado, o setor de serviços e, principalmente, a indústria ilustraram a forte contração da demanda doméstica, derrubada pela necessidade de correção dos graves desequilíbrios econômicos acumulados nos últimos anos. Ainda em relação ao setor industrial, dois segmentos em especial foram duramente afetados: a construção civil, impactada adicionalmente por escândalos de corrupção, e a indústria de transformação. Do ponto de vista da demanda, a crise de confiança dos agentes econômicos, a contenção e encarecimento do crédito e a retração do consumo, resultaram no segundo ano consecutivo de forte contração dos investimentos, o que sugere queda da formação bruta de capital fixo em 2015. O consumo das famílias, após uma longa sequência de crescimento, também recuou de forma intensa no ano passado, queda de 4% conforme pesquisa Focus de 26 de janeiro de 2016, afetado pela deterioração do mercado de trabalho, perda de poder de compra, encarecimento do crédito e baixa confiança. Por fim, o único componente a fornecer uma contribuição positiva à demanda em 2015 (e possivelmente também em 2016) serão as exportações líquidas, diante da combinação de forte desvalorização cambial e contração expressiva da demanda interna.

Uma importante mudança observada em 2015 consistiu no comportamento do mercado de trabalho, que tradicionalmente reage por último às mudanças no ciclo econômico. Assim, após um longo período de recuo da taxa de desemprego e aumento de ganhos reais de renda, houve uma forte reversão dessa situação em 2015. Levando em conta a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que está sendo substituída pela PNAD contínua, a taxa de desemprego média em 2015 ficou em 6,8% ante 4,8% em 2014. A renda das famílias, após anos de expansão real, sentiu o efeito do aumento da inflação e do encolhimento dos empregos, resultando em quedas esperadas de 4,1% dos rendimentos médios e de 5,9% da massa salarial em 2015, ambos em termos reais.

Em relação ao crédito, o panorama mostrou-se semelhante. Após anos de forte expansão, houve clara desaceleração em 2014, migrando para uma contração significativa dos saldos e concessões em termos reais em 2015. Em dezembro, o estoque total de crédito teve expansão nominal de 6,6% em relação à 2014. O resultado ilustra a combinação de bancos muito cautelosos na oferta de crédito, impondo uma maior seletividade e um aumento dos *spreads*, e demandantes pouco confiantes, sejam consumidores ou empresários. Do ponto de vista inflacionário, o IPCA fechou 2015 com variação de 10,67%, a maior desde 2003. A principal fonte de pressão veio dos itens administrados, que foram puxados em grande medida pela recomposição dos preços de energia elétrica.

A política monetária passou por ajustes ao longo do ano. A taxa Selic teve um aumento total de 250 pontos-base durante o ano, finalizando o período em 14,25%. Porém, o movimento não foi suficiente para impedir que as expectativas de inflação voltassem a subir, principalmente a partir de julho, quando ficou evidenciado que o governo não conseguiria cumprir com os objetivos fiscais traçados. A percepção de fracasso da tentativa de ajuste fiscal voltou a deteriorar continuamente as projeções de mercado.

A política fiscal consolidou-se como o aspecto mais crítico da conjuntura macroeconômica brasileira, com a clara dificuldade do governo de promover um ajuste nas contas públicas capaz de estabilizar o endividamento bruto em relação ao PIB.

No contexto internacional, o ano de 2015 foi marcado por incertezas e preocupações, mesmo diante da consolidação da retomada do crescimento nas nações avançadas. Os Estados Unidos partiram para o quarto ano consecutivo de expansão do PIB entre 2,0% e 2,5%, com destaque para a recuperação consistente do mercado de trabalho, a partir da criação de 2,6 milhões de empregos líquidos e redução da taxa de desemprego para 5,0% (de 5,6% no final de 2014). A inflação muito baixa continuou como um sinal de alerta, refletindo em grande medida os preços ainda bastante reduzidos dos itens de energia. Na Zona do Euro, as economias conseguiram sustentar uma trajetória mais firme de recuperação, com crescimento estimado em 1,4% no ano de 2015. A China continuou com sua tendência de desaceleração gradual em 2015, com um crescimento do PIB de 6,9% no período (de 7,3% em 2014).

Em resumo, o ano de 2015 expôs de maneira contundente os desequilíbrios e as inconsistências geradas pelas escolhas econômicas dos últimos anos no Brasil, tendo como resultado uma crise fiscal de grandes proporções, uma inflação de dois dígitos e uma severa contração econômica. Tal quadro foi agravado por uma crise política em meio aos problemas econômicos e à perda de popularidade do atual governo.

O desempenho econômico observado decorre fundamentalmente de questões internas, que terão que ser equacionadas para que o País consiga retomar uma trajetória mais promissora – algo que dificilmente ocorrerá antes de 2018. Para este ano de 2016, as perspectivas seguem adversas para o Brasil, com projeção de queda do PIB (-3,0%), inflação ainda acima do teto da meta (7,0%), manutenção do déficit primário (-0,8% do PIB), continuidade da desvalorização do real ante o dólar (expectativa de R$ 4,35/US$ no final do período) e incertezas sobre a condução da política econômica. O alento vem do setor externo, com a retomada gradual das exportações, embora tal impulso seja insuficiente para reverter o ambiente cauteloso que deve prevalecer durante o ano.

2. Bancoob

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob é um banco comercial privado, especializado no atendimento a instituições financeiras cooperativas. Integrando o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), seu controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sistema. Além de contribuir para a autonomia e a liberdade operacional das cooperativas, sobretudo no que diz respeito à sua inserção no mercado financeiro, o Bancoob atua no sentido de agregar fatores de competitividade a essas instituições, por meio de produtos e serviços financeiros que possibilitem um atendimento cada vez mais amplo e satisfatório aos associados. São empresas controladas pelo Bancoob: Cabal Brasil, Bancoob DTVM e Ponta Administradora de Consórcios. O Bancoob é fundador e patrocinador da Fundação Sicoob Previ. Juntas, essas organizações viabilizam soluções financeiras nos segmentos de cartões, fundos de investimento, consórcios e previdência privada. Encontra-se em processo de constituição a Sicoob Seguradora.

O Bancoob atua fortemente para proporcionar às cooperativas do Sicoob e aos sistemas parceiros condições de competitividade frente aos bancos de varejo. Assim, na esteira de sua atuação são conjugadas ações que impulsionam melhores retornos para as cooperativas e seus associados.

Em junho de 2015, a Instituição teve seu *Rating* Nacional de Longo Prazo elevado pela *Fitch Ratings* para "AA-", com perspectiva estável, refletindo seus excelentes índices de qualidade de ativos, os adequados resultados operacionais e a manutenção da boa liquidez, beneficiada pela centralização financeira do caixa de suas acionistas, as cooperativas do Sicoob. A agência passou a utilizar, em sua análise, o Balanço Combinado do Sicoob.

Em 2015, o Bancoob concluiu o lançamento do produto Adquirência de meios eletrônicos de pagamento – SIPAG, em parceria estratégica com a *First* Data do Brasil, tendo atingido ao fim do ano mais de 27 mil estabelecimentos credenciados ativos. No ramo de consórcios iniciou comercialização nos segmentos de serviços e motos e encerrou 2015 com uma carteira de R$ 1,6 bilhão. Em relação às operações de sua seguradora, recebeu a aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para atuação no ramo vida e previdência, com previsão de iniciar a comercialização no 2º semestre de 2016. Nos demais ramos já iniciou o processo de centralização operacional da venda de seguros. Outro destaque do ano foi o aumento de 51% para 80% de sua participação no capital da Cabal Brasil - bandeira, administradora e processadora de cartões.

Como reflexos de ações positivas realizadas pelo Bancoob na condução dos seus negócios temos, entre outros, o alcance de mais de R$ 1 bilhão em concessão de operações de crédito ao amparo do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), demonstrando o comprometimento do Bancoob com as necessidades das comunidades onde as cooperativas de crédito estão inseridas, o atingimento de R$ 1 bilhão de faturamento mensal em cartões de crédito e débito e a administração de mais de R$ 10 bilhões em fundos e carteiras pela sua DTVM.

Em 2016 o Bancoob tem com foco, além da manutenção e aprimoramento das linhas de negócios atualmente disponibilizadas, avançar em produtos voltados para pessoa jurídica e no crédito imobiliário.

3. Performance

O Bancoob encerrou 2015 com ativos totais consolidados de R$ 25,01 bilhões, aumento de 14,26% em relação ao ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante de R$ 13,37 bilhões em 2015, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a 75,18% do total. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", no valor de R$ 108 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Operações de crédito

A carteira de crédito totalizou R$ 9,23 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 14,05% em relação a 2014. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R$ 377,78 milhões, aumento de 20,39% em relação a 2014.

O segmento de cartões registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R$ 6,4 bilhões no período, um crescimento de 53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A expansão da base de cartões junto aos sistemas cooperativos parceiros contribuiu com cerca de 22% da movimentação financeira do semestre.

c. Depósitos

Os depósitos alcançaram, em 2015, o valor de R$ 18,87 bilhões, um aumento de 13,84% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação dos recursos oriundos das cooperativas do Sicoob. A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R$ 2,75 bilhões, com crescimento de 7,68% em relação a 2014.

d. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano 242.327.400 documentos, número 7,62% superior ao do exercício anterior.

e. Novos convênios

Em 2015, novos convênios de arrecadação corporativos foram adicionados ao portfólio do Sicoob. Merecem destaque a formalização dos contratos com a SEFAZ SP, DETRAN PR, a autorização para arrecadação de tributos de diversas Prefeituras como a de São Paulo, Divinópolis (MG), Santo André (SP) e convênios diversos tais como RGE Energia Elétrica do RS, Energisa (SE), Saneamento ATS Tocantins, DAAEs no interior de São Paulo, CASAL (AL), entre outros.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Riscos de Mercado e de Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. A Política Institucional de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
c) limite máximo para a exposição a risco de mercado;
d) realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
e) limite mínimo de liquidez;
f) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
h) planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BCB 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c. Risco de crédito

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão do risco de crédito, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza monitoramento da inadimplência da carteira e faz testes periódicos de seus modelos de cálculo de risco e de limites e respectivo acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
b) estimativa (critérios consistentes e mensuráveis) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
d) procedimentos para a recuperação de créditos;
e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

5. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

6. Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 alcançou o montante de R$ 1,02 bilhão, o que representa um crescimento de 30,03% em relação ao ano anterior. O lucro líquido no exercício foi de R$ 119,75 milhões, com retorno anualizado de 14,64% sobre o patrimônio líquido médio do ano.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela parceria no cumprimento dos objetivos sistêmicos; e aos colaboradores do Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de Reais)*

	BANCO		CONSOLIDADO	
Ativo	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Circulante	**13.811.316**	**11.896.427**	**13.822.640**	**11.902.306**
Disponibilidades (Nota 5)	**16.618**	**6.118**	**16.622**	**6.121**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	**4.946.249**	**3.704.445**	**4.946.249**	**3.704.445**
Aplicações no mercado aberto	4.213.202	3.083.884	4.213.202	3.083.884
Aplicações em depósitos interfinanceiros	733.047	620.561	733.047	620.561
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	**1.122.851**	**1.734.967**	**1.129.493**	**1.738.463**
Carteira própria	940.985	738.485	947.627	741.981
Vinculados a compromissos de recompra	-	300.448	-	300.448
Vinculados à prestação de garantias	181.866	696.034	181.866	696.034
Relações interfinanceiras (Nota 20 a)	**226.479**	**366.192**	**226.479**	**366.192**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	309	514	309	514
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	226.077	365.605	226.077	365.605
Relações com correspondentes	93	73	93	73
Operações de crédito (Nota 8)	**5.479.997**	**4.985.330**	**5.479.997**	**4.985.330**
Operações de crédito - Setor privado	5.496.173	5.000.183	5.496.173	5.000.183
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.176)	(14.853)	(16.176)	(14.853)
Outros créditos	**1.992.398**	**1.075.760**	**1.997.073**	**1.078.138**
Rendas a receber	23.407	51.483	24.673	52.358
Diversos (Nota 20 b)	1.976.523	1.029.782	1.979.932	1.031.285
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(7.532)	(5.505)	(7.532)	(5.505)
Outros valores e bens	**26.724**	**23.615**	**26.727**	**23.617**
Outros valores e bens	376	659	376	659
Despesas antecipadas	26.348	22.956	26.351	22.958
Não circulante	**11.201.872**	**9.995.022**	**11.188.447**	**9.986.362**
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	**7.299.881**	**6.755.880**	**7.299.881**	**6.755.880**
Carteira própria	4.438.438	4.907.752	4.438.438	4.907.752
Vinculados a compromissos de recompra	125.911	38.491	125.911	38.491
Vinculados à prestação de garantias	2.735.532	1.809.637	2.735.532	1.809.637
Operações de crédito (Nota 8)	**3.753.403**	**3.110.822**	**3.753.403**	**3.110.822**
Operações de crédito - Setor privado	3.773.762	3.131.637	3.773.762	3.131.637
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.359)	(20.815)	(20.359)	(20.815)
Outros créditos	**46.605**	**53.204**	**47.730**	**54.117**
Diversos (Nota 20 b)	46.636	53.235	47.761	54.148
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(31)	(31)	(31)	(31)
Investimentos	**48.625**	**18.861**	**33.228**	**8.699**
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	48.425	18.661	33.028	8.499
Outros investimentos	200	200	200	200
Imobilizado (Nota 11)	**51.302**	**54.023**	**52.028**	**54.611**
Imóveis de uso	55.914	55.914	55.914	55.914
Outras imobilizações de uso	17.682	18.208	18.829	19.038
(-) Depreciações acumuladas	(22.294)	(20.099)	(22.715)	(20.341)
Diferido	**-**	**-**	**-**	**-**
Gastos de organização e expansão	3.014	3.203	3.014	3.203
(-) Amortizações acumuladas	(3.014)	(3.203)	(3.014)	(3.203)
Intangível (Nota 12)	**2.056**	**2.232**	**2.177**	**2.233**
Softwares	7.042	6.600	7.168	6.602
(-) Amortizações acumuladas	(4.986)	(4.368)	(4.991)	(4.369)
Total do ativo	**25.013.188**	**21.891.449**	**25.011.087**	**21.888.668**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	BANCO		CONSOLIDADO	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Circulante	**20.170.950**	**18.342.811**	**20.181.422**	**18.349.156**
Depósitos (Nota 13)	**16.489.429**	**15.069.193**	**16.489.355**	**15.069.165**
Depósitos à vista	23.957	31.013	23.883	30.985
Depósitos de poupança	2.747.375	2.551.307	2.747.375	2.551.307
Depósitos interfinanceiros	13.699.454	12.455.963	13.699.454	12.455.963
Depósitos a prazo	18.643	30.910	18.643	30.910
Obrigações por operações compromissadas (Nota 14)	**1.217.911**	**1.653.516**	**1.217.911**	**1.653.516**
Carteira própria	103.451	312.875	103.451	312.875
Carteira de terceiros	1.114.460	1.340.641	1.114.460	1.340.641
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures (Nota 15)	**32.875**	**3.702**	**32.875**	**3.702**
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio	32.875	3.702	32.875	3.702
Relações interfinanceiras (Nota 20 a)	**-**	**23.526**	**-**	**23.526**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	23.526	-	23.526
Relações interdependências	**6.222**	**4.306**	**6.222**	**4.306**
Recursos em trânsito de terceiros	6.222	4.306	6.222	4.306
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (Nota 16)	**609.136**	**591.808**	**609.136**	**591.808**
Tesouro Nacional	21	21	21	21
Banco do Brasil – FCO	8.452	8.563	8.452	8.563
BNDES	193.012	188.762	193.012	188.762
Banco Central	-	-	-	-
Finame	138.035	114.046	138.035	114.046
Funcafé	269.616	280.416	269.616	280.416
Outras obrigações	**1.815.377**	**996.760**	**1.825.923**	**1.003.133**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.974	4.301	4.974	4.301
Sociais e estatutárias	13.477	9.021	13.609	9.119
Fiscais e previdenciárias (Nota 20 c)	87.516	54.199	91.398	55.820
Diversas (Nota 20 d)	1.709.410	929.239	1.715.942	933.893
Não circulante	**3.819.006**	**2.761.749**	**3.806.433**	**2.752.623**
Depósitos (Nota 13)	**2.376.434**	**1.503.156**	**2.363.416**	**1.493.677**
Depósitos interfinanceiros	2.224.595	1.376.066	2.224.595	1.376.066
Depósitos a prazo	151.839	127.090	138.821	117.611
Obrigações por operações compromissadas (Nota 14)	**21.988**	**25.797**	**21.988**	**25.797**
Carteira própria	21.988	25.797	21.988	25.797
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias hipotecárias e debêntures (Nota 15)	**1.847**	**-**	**1.847**	**-**
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio	1.847	-	1.847	-
Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais (Nota 16)	**1.416.415**	**1.224.233**	**1.416.415**	**1.224.233**
Tesouro Nacional	21	42	21	42
Banco do Brasil – FCO	38.490	27.748	38.490	27.748
BNDES	798.005	633.102	798.005	633.102
Finame	566.945	545.731	566.945	545.731
Funcafé	12.954	17.610	12.954	17.610
Outras obrigações	**2.322**	**8.563**	**2.767**	**8.916**
Fiscais e previdenciárias (Nota 20 c)	3	7.108	218	7.361
Instrumento híbrido de capital e dívida (Nota 19)	-	-	-	-
Diversos (Nota 20 d)	2.319	1.455	2.549	1.555
Resultados de exercícios futuros	**74**	**15**	**74**	**15**
Rendas antecipadas	74	15	74	15
Patrimônio líquido (Nota 18)	**1.023.158**	**786.874**	**1.023.158**	**786.874**
Capital	893.832	705.370	893.832	705.370
Reserva de capital	45	45	45	45
Reserva de lucros	130.678	83.099	130.678	83.099
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(1.371)	(1.640)	(1.371)	(1.640)
Ações em tesouraria	(26)	-	(26)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	**25.013.188**	**21.891.449**	**25.011.087**	**21.888.668**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre	**Exercícios**		**Exercícios**	
	2015	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Receitas da intermediação financeira	**1.437.856**	**2.599.168**	**1.887.563**	**2.599.186**	**1.887.563**
Operações de crédito (Nota 8 h)	441.214	811.721	583.107	811.721	583.107
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 7 b)	987.992	1.765.972	1.278.100	1.765.990	1.278.100
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	611	-	611	-
Resultado das aplicações compulsórias	8.650	20.864	26.356	20.864	26.356
Despesas da intermediação financeira	**(1.267.187)**	**(2.258.900)**	**(1.620.361)**	**(2.257.272)**	**(1.619.483)**
Operações de captação no mercado (Nota 13 b)	(1.233.189)	(2.195.081)	(1.566.310)	(2.193.453)	(1.565.432)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 16 b)	(30.767)	(56.021)	(45.597)	(56.021)	(45.597)
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8 e)	(3.231)	(7.798)	(8.454)	(7.798)	(8.454)
Resultado bruto da intermediação financeira	**170.669**	**340.268**	**267.202**	**341.914**	**268.080**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(72.551)**	**(149.861)**	**(164.955)**	**(148.263)**	**(166.941)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 20 e)	182.425	340.089	249.663	380.972	274.046
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 e)	43	83	80	83	80
Despesas de pessoal (Nota 20 f)	(39.904)	(75.540)	(68.234)	(82.768)	(74.538)
Despesas administrativas (Nota 20 g)	(109.902)	(207.843)	(172.915)	(232.977)	(188.271)
Despesas tributárias	(37.090)	(67.637)	(51.064)	(71.890)	(53.537)
Resultado de participações em controladas (Nota 10)	5.318	9.003	3.567	3.664	1.262
Outras receitas operacionais (Nota 20 h)	56.866	84.108	43.214	87.344	43.318
Outras despesas operacionais (Nota 20 i)	(130.307)	(232.124)	(169.266)	(232.691)	(169.301)
Resultado operacional	**98.118**	**190.407**	**102.247**	**193.651**	**101.139**
Resultado não operacional (Nota 20 j)	**8.929**	**10.395**	**22.588**	**10.436**	**24.784**
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	**107.047**	**200.802**	**124.835**	**204.087**	**125.923**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	**(38.700)**	**(73.482)**	**(46.008)**	**(76.606)**	**(46.960)**
Imposto de renda **(Nota 9 d)**	(26.898)	(46.711)	(29.445)	(48.859)	(30.149)
Contribuição social **(Nota 9 d)**	(19.554)	(31.902)	(18.476)	(32.915)	(18.844)
Crédito fiscal diferido **(Nota 9 d)**	7.752	5.131	1.913	5.168	2.033
Participação dos empregados no lucro (Nota 22 e)	**(5.127)**	**(7.567)**	**(4.954)**	**(7.729)**	**(5.090)**
Lucro líquido do semestre/exercício	**63.220**	**119.753**	**73.873**	**119.752**	**73.873**
Número de ações:	**497.764.490**	**497.764.490**	**398.549.474**		
Lucro líquido por lote de 1.000 ações - R$	**127,01**	**240,58**	**185,35**		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	(-)Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes ao valor mercado	Lucros Acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**525.991**	**-**	**45**	**55.114**	**240**	**-**	**(551)**	**580.839**
Aumento de Capital (Nota 18 a)	179.379	-	-	-	-	-	-	179.379
Ajuste a Valor de Mercado (Nota 18e)	-	-	-	-	(1.880)	-	-	(1.880)
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	551	551
Dividendos propostos de exercícios anteriores (Nota 18d)	-	-	-	(42.195)	-	-	-	(42.195)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	73.873	-	73.873
Destinações Propostas:								
Reserva de Lucros	-	-	-	66.486	-	(66.486)	-	-
Reserva Legal	-	-	-	3.694	-	(3.694)	-	-
Dividendos Propostos (Nota 18d)	-	-	-	-	-	(3.693)	-	(3.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**705.370**	**-**	**45**	**83.099**	**(1.640)**	**-**	**-**	**786.874**
Mutações do exercício	**179.379**	**-**	**-**	**27.985**	**(1.880)**	**-**	**551**	**206.035**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**705.370**	**-**	**45**	**83.099**	**(1.640)**	**-**	**-**	**786.874**
Aumento de Capital (Nota 18a)	188.462	-	-	-	-	-	-	188.462
Dividendos propostos de exercícios anteriores (Nota 18d)	-	-	-	(66.486)	-	-	-	(66.486)
Ajuste a Valor de Mercado (Nota 18e)	-	-	-	-	269	-	-	269
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	119.753	-	119.753
Destinações Propostas:								
Reserva de Lucros	-	-	-	108.077	-	(108.077)	-	-
Reserva Legal	-	-	-	5.988	-	(5.988)	-	-
Dividendos Propostos (Nota 18d)	-	-	-	-	-	(5.688)	-	(5.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**893.832**	**-**	**45**	**130.678**	**(1.371)**	**-**	**(26)**	**1.023.158**
Mutações do exercício	**188.462**	**-**	**-**	**47.579**	**269**	**-**	**(26)**	**236.284**
Saldos em 30 de junho de 2015	**775.550**	**-**	**45**	**70.461**	**(1.213)**	**-**	**-**	**844.843**
Aumento de Capital (Nota 18a)	118.282	-	-	-	-	-	-	118.282
Dividendos propostos (Nota 18d)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a Valor de Mercado (Nota 18e)	-	-	-	-	(158)	-	-	(158)
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	63.220	-	63.220
Destinações Propostas:								
Reserva de Lucros	-	-	-	57.056	-	(57.056)	-	-
Reserva Legal	-	-	-	3.161		(

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de Reais)*

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre	Exercícios		Exercícios	
	2015	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado	107.708	204.339	132.895	213.400	136.427
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	107.047	200.802	124.835	204.087	125.923
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.231	7.798	8.454	7.798	8.454
Despesas de instrumentos híbridos de capital e dívida	-	-	673	-	673
Depreciações e amortizações	2.095	4.195	3.320	4.375	3.444
Resultado de participação em controladas	(5.318)	(9.003)	(3.567)	(3.664)	(1.262)
Resultado ágio de participações em controladas	986	1.071	460	1.071	460
Juros pela venda do imobilizado	(1.663)	(3.187)	(2.967)	(3.187)	(2.967)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.330	2.683	1.687	2.920	1.702
Diminuição das aplicações interfinanceiras de liquidez	1.019.625	254.107	982.211	254.107	982.211
Aumento (diminuição) de títulos e valores mobiliários	241.481	68.384	(4.678.582)	65.238	(4.678.966)
(Aumento) diminuição das relações interfinanceiras e interdependentes	(34.979)	118.103	95.788	118.103	95.788
Aumento das operações de crédito	(359.775)	(1.142.392)	(1.414.311)	(1.142.392)	(1.414.311)
Aumento de outros créditos	(678.982)	(859.653)	(323.047)	(859.340)	(322.399)
Aumento (diminuição) de outros valores e bens	1.282	(3.108)	(3.039)	(3.110)	(3.041)
Aumento (diminuição) de depósitos	(180.699)	2.293.514	2.915.370	2.289.930	2.913.663
Diminuição das obrigações por operações compromissadas	(398.781)	(439.414)	(64.979)	(439.414)	(64.979)
Aumento (diminuição) dos recursos e aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	22.798	31.020	(566)	31.020	(566)
Aumento das obrigações por empréstimo e repasses	126.422	209.509	369.428	209.509	369.428
Aumento de outras obrigações	451.385	721.514	290.158	722.221	289.712
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.721)	(44.721)	(58.114)	(47.507)	(58.911)
Variação nos resultados de exercícios futuros	66	60	(11)	60	(11)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**272.830**	**1.411.282**	**(1.756.799)**	**1.411.825**	**(1.755.985)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos em participação societária	-	(21.948)	-	(21.948)	-
Recebimento de dividendos e de coligadas	-	116	578	-	-
Alienação de investimentos	-	-	-	13	-
Alienação de imobilizado de uso	1	72	52	72	92
Alienação de intangível	-	24	9	24	9
Aquisição de imobilizado	(721)	(924)	(1.061)	(1.239)	(1.335)
Aplicação em gastos diferidos	-	-	-	-	-
Aquisição de intangível	(317)	(469)	(1.091)	(593)	(1.091)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.037)**	**(23.129)**	**(1.513)**	**(23.671)**	**(2.325)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social	118.282	188.462	179.379	188.462	179.379
Aquisição de ações própria emissão	(26)	(26)	551	(26)	551
Pagamento de dividendos	(245)	(70.179)	(44.812)	(70.179)	(44.812)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**118.011**	**118.257**	**135.118**	**118.257**	**135.118**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**389.804**	**1.506.410**	**(1.623.194)**	**1.506.411**	**(1.623.192)**
Modificação na posição financeira					
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**389.804**	**1.506.410**	**(1.623.194)**	**1.506.411**	**(1.623.192)**
No início do período	2.985.169	1.868.563	3.491.757	1.858.566	3.491.758
No final do período	3.374.973	3.374.973	1.868.563	3.374.977	1.868.566

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob"; "Instituição" ou "Banco") é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "Bacen") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais, implantação do sistema de controles internos e serviços de tecnologia da informação.

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

O descasamento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial individual e consolidado, no valor de R$ 6,36 bilhões, em 31 de dezembro de 2015, não oferece risco em função do que segue: i) aproximadamente 65% do ativo não circulante constituem-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do Banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do Banco; e iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas ("demonstrações contábeis") são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os da BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e da Ponta Administradora de Consórcios Ltda. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, que aprovou essas demonstrações contábeis em 16 de fevereiro de 2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

iii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8c.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso – 4,70%, equipamentos de uso - 10%; veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até agosto, e 20% a partir de setembro, conforme alteração da Lei n° 7.689/88, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes -** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• **Causas judiciais -** São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações legais -** São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos Técnicos – CPC's

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

• CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico
• CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
• CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa
• CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas
• CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações
• CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
• CPC 24 – Evento Subsequente
• CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Caixa				
Disponibilidades (Nota 5)	16.618	6.118	16.622	6.121
Moeda nacional	243	176	247	179
Moeda estrangeira	16.375	5.942	16.375	5.942
Equivalentes de caixa				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias) – (Nota 6)	3.358.355	1.862.455	3.358.355	1.862.445
Total	**3.374.973**	**1.868.563**	**3.374.977**	**1.868.566**

5. Disponibilidades

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Moeda nacional	243	176	247	179
Moeda estrangeira	16.375	5.942	16.375	5.942
Total	**16.618**	**6.118**	**16.622**	**6.121**

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BANCO						CONSOLIDADO		
	Vencimento					Total	Total	Total	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	2015	2014	2015	2014
Aplicações em operações compromissadas	**3.337.731**	**167.636**	**-**	**707.835**	**-**	**4.213.202**	**3.083.884**	**4.213.202**	**3.083.884**
Revendas a liquidar - Posição bancada	2.209.757	167.636	-	707.835	-	3.085.228	1.741.386	3.085.228	1.741.386
Revendas a liquidar - Posição financiada	1.127.974	-	-	-	-	1.127.974	1.342.498	1.127.974	1.342.498
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**39.185**	**193.989**	**117.101**	**382.772**	**-**	**733.047**	**620.561**	**733.047**	**620.561**
Total	**3.376.916**	**361.625**	**117.101**	**1.090.607**	**-**	**4.946.249**	**3.704.445**	**4.946.249**	**3.704.445**
Circulante						4.946.249	3.704.445	4.946.249	3.704.445
Não Circulante						-	-	-	-

b. Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7b)

- Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

	BANCO		
	2º Semestre 2015	2015	2014
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas			
- Posição Bancada	287.673	470.166	366.124
- Posição Financiada	76.785	149.362	140.509
Subtotal	**364.458**	**619.528**	**506.633**
- Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	46.940	80.466	118.634
Total	**411.398**	**699.994**	**625.267**

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como "Disponíveis para venda" e "Mantidos até o vencimento". A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

i. Para os títulos públicos federais (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.

ii. Fundos de investimento (FIDC) – cotas subordinadas - utiliza-se o valor da última cota subordinada informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.

iii. Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os *spreads* médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na CBLC, na CETIP, no SELIC ou na BM&FBOVESPA, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores.

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular nº 3.068/01, do Banco Central, o Bancoob possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", que totalizam em 31 de dezembro de 2015 o valor de R$ 107.751 (2014 – R$ 95.164).

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

BANCO	Valor contábil – Vencimento						Total 2015			Total 2014		
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda	9.172	-	-	191.248	922.431	7.192.130	8.317.472	8.314.981	(2.491)	8.398.417	8.395.683	(2.734)
Carteira própria												
LFT	-	-	-	-	444	3.791.297	3.792.307	3.791.741	(566)	4.097.284	4.096.543	(741)
CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.186	10.190	4
Fundos	9.172	-	-	-	-	-	9.172	9.172	-	16.727	16.727	-
LF	-	-	-	191.248	740.121	562.205	1.495.319	1.493.574	(1.745)	1.462.119	1.461.359	(760)
Total	9.172	-	-	191.248	740.565	4.353.502	5.296.798	5.294.487	(2.311)	5.586.316	5.584.819	(1.497)
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	-	-	104.081	104.108	104.081	(27)	306.180	306.168	(12)
Total	-	-	-	-	-	104.081	104.108	104.081	(27)	306.180	306.168	(12)
Carteira vinculada a garantias												
LF	-	-	-	-	181.866	25.607	207.489	207.473	(16)	-	-	-
LFT	-	-	-	-	-	2.708.940	2.709.077	2.708.940	(137)	2.505.921	2.504.696	(1.225)
Total	-	-	-	-	181.866	2.734.547	2.916.566	2.916.413	(153)	2.505.921	2.504.696	(1.225)
II - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	107.751	107.751	107.705	(46)	95.164	95.122	(42)
Carteira própria												
LFT	-	-	-	-	-	84.936	84.936	84.899	(37)	61.419	61.392	(27)
Total	-	-	-	-	-	84.936	84.936	84.899	(37)	61.419	61.392	(27)
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	-	-	21.830	21.830	21.821	(9)	32.770	32.756	(14)
Total	-	-	-	-	-	21.830	21.830	21.821	(9)	-	-	-
Carteira vinculada à garantias												
LFT	-	-	-	-	-	985	985	985	-	975	974	(1)
Total	-	-	-	-	-	985	985	985	-	-	-	-
Total – TVM	**9.172**	**-**	**-**	**191.248**	**922.431**	**7.299.881**	**8.425.223**	**8.422.686**	**(2.537)**	**8.493.581**	**8.490.805**	**(2.776)**
Circulante								1.122.851			1.734.967	
Não Circulante								7.299.881			6.755.880	

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO	Valor contábil – Vencimento						Total 2015			Total 2014		
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda	15.814	-	-	191.248	922.431	7.192.130	8.324.114	8.321.623	(2.491)	8.401.912	8.399.178	(2.734)
Carteira própria												
LFT	-	-	-	-	444	3.791.297	3.792.307	3.791.741	(566)	4.097.284	4.096.543	(741)
CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.186	10.190	4
Fundos	15.814	-	-	-	-	-	15.814	15.814	-	20.222	20.222	-
LF	-	-	-	191.248	740.121	562.205	1.495.319	1.493.574	(1.745)	1.462.119	1.461.359	(760)
Total	15.814	-	-	191.248	740.565	4.353.502	5.303.440	5.301.129	(2.311)	5.589.811	5.588.314	(1.497)
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	-	-	104.081	104.108	104.081	(27)	306.180	306.168	(12)
Total	-	-	-	-	-	104.081	104.108	104.081	(27)	306.180	306.168	(12)
Carteira vinculada a garantias												
LF	-	-	-	-	181.866	25.607	207.489	207.473	(16)	-	-	-
LFT	-	-	-	-	-	2.708.940	2.709.077	2.708.940	(137)	2.505.921	2.504.696	(1.225)
Total	-	-	-	-	181.866	2.734.547	2.916.566	2.916.413	(153)	2.505.921	2.504.696	(1.225)
II - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	107.751	107.751	107.705	(46)	95.164	95.122	(42)
Carteira própria												
LFT	-	-	-	-	-	84.936	84.936	84.899	(37)	61.419	61.392	(27)
Total	-	-	-	-	-	84.936	84.936	84.899	(37)	61.419	61.392	(27)
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	-	-	21.830	21.830	21.821	(9)	32.770	32.756	(14)
Total	-	-	-	-	-	21.830	21.830	21.821	(9)	-	-	-
Carteira vinculada à garantias												
LFT	-	-	-	-	-	985	985	985	-	975	974	(1)
Total	-	-	-	-	-	985	985	985	-	-	-	-
Total – TVM	**15.814**	**-**	**-**	**191.248**	**922.431**	**7.299.881**	**8.431.865**	**8.429.328**	**(2.537)**	**8.493.581**	**8.490.805**	**(2.776)**
Circulante								1.129.493			1.738.463	
Não Circulante								7.299.881			6.755.880	

b. Composição de Títulos e Valores Mobiliários

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	8.314.981	8.395.683	8.321.623	8.399.178
Valor de curva atualizado dos títulos mantidos até o vencimento	107.751	95.164	107.751	95.164
Total	**8.422.732**	**8.490.847**	**8.429.374**	**8.494.342**

No exercício não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 31 de dezembro de 2015, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R$ 2.917.398 (2014 - R$ 2.505.671), sendo principalmente:

• R$ 2.173.909 (2014 – R$ 1.940.062) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito;
• R$ 729.346 (2014 – R$ 555.476) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões;
• R$ 8.071 (2014 - R$ 7.433) em títulos públicos por ordem judicial expedida pela 11ª Vara Cível de Vitória – ES, em razão de restituição de depósitos efetuados em cooperativas de crédito. Com base na avaliação dos consultores jurídicos, os processos que originaram os referidos bloqueios judiciais foram classificados como risco de perda remota, nos termos da Resolução nº 3.823/09, do CMN (vide Nota 3q);

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2015	2015	2014	2015	2014
Rendas com Títulos de Renda Fixa	576.625	1.064.983	649.781	1.064.983	649.781
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	2.427	4.808	5.397	4.826	5.397
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6b)	411.398	699.994	625.267	699.994	625.267
Resultado de Operações com Derivativos	-	611	-	611	-
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários	(2.458)	(3.813)	(2.345)	(3.813)	(2.345)
Total	**987.992**	**1.766.583**	**1.278.100**	**1.766.601**	**1.278.100**

8. Operações de crédito
a. Composição da carteira de operações de crédito

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2015	2014
Empréstimos e títulos descontados	603.228	487.466
Financiamentos	693.272	727.030
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.973.435	6.917.324
Subtotal	9.269.935	8.131.820
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.535)	(35.668)
Total	**9.233.400**	**8.096.152**
Circulante	5.479.997	4.985.330
Não Circulante	3.753.403	3.110.822

O aumento incorrido nas operações de crédito no exercício decorre, principalmente, da maior demanda por crédito por parte dos participantes do Sicoob.

b. Composição da carteira por Modalidade e Níveis de Risco

	BANCO E CONSOLIDADO										
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e Títulos Descontados	27.705	479.988	44.643	26.497	4.611	1.466	5.895	386	12.037	603.228	487.466
Financiamentos	124.167	451.676	89.755	22.547	2.176	1.206	683	373	689	693.272	727.030
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.270.019	1.498.557	130.712	74.036	105	-	6	-	-	7.973.435	6.917.324
Total	**6.421.891**	**2.430.221**	**265.110**	**123.080**	**6.892**	**2.672**	**6.584**	**759**	**12.726**	**9.269.935**	**8.131.820**
Outros Créditos	1.829	1.189.079	41.357	15.708	1.633	387	204	58	279	1.250.534	898.058
Total Geral	**6.423.720**	**3.619.300**	**306.467**	**138.788**	**8.525**	**3.059**	**6.788**	**817**	**13.005**	**10.520.469**	**9.029.878**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	18.097	3.065	4.164	852	918	3.394	572	13.005	44.067	41.173
Total líquido de provisões em 31/12/2015	**6.423.720**	**3.601.203**	**303.402**	**134.625**	**7.673**	**2.141**	**3.394**	**245**	**-**	**10.476.402**	**-**
Total líquido de provisões em 31/12/2014	**5.650.722**	**2.895.975**	**363.973**	**79.404**	**11.500**	**6.386**	**8.052**	**956**	**-**	**-**	**8.988.705**

c. Composição da Provisão de Liquidação Duvidosa por Modalidade

	BANCO E CONSOLIDADO									
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e Títulos Descontados	2.400	446	795	460	440	2.948	270	12.037	19.796	19.095
Financiamentos	2.258	898	677	218	362	341	261	689	5.704	7.264
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.493	1.307	2.221	11	-	3	-	-	11.035	9.309
Total	**12.151**	**2.651**	**3.693**	**689**	**802**	**3.292**	**531**	**12.726**	**36.535**	**35.668**
Outros Créditos	5.946	414	471	163	116	102	41	279	7.532	5.505
Total Geral	**18.097**	**3.065**	**4.164**	**852**	**918**	**3.394**	**572**	**13.005**	**44.067**	**41.173**

d. Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco
d1. Operações de Crédito em Curso Normal

	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014
01 a 30 dias	97.488	185.501	17.396	6.464	642	187	294	11	319	308.302	217.851
31 a 60 dias	127.061	113.327	7.564	2.963	110	19	219	1	26	251.290	282.087
61 a 90 dias	211.032	1.225.663	65.974	35.460	5.147	890	779	96	755	1.545.796	1.345.237
91 a 180 dias	1.059.107	361.393	24.066	25.171	54	47	469	12	316	1.470.635	1.156.324
181 a 360 dias	2.667.143	427.198	43.249	21.988	161	54	1.433	1	499	3.161.726	2.841.279
Acima de 360	2.261.889	1.306.218	142.423	44.118	601	277	2.736	22	6.413	3.764.697	3.171.321
Total	**6.423.720**	**3.619.300**	**300.672**	**136.164**	**6.715**	**1.474**	**5.930**	**143**	**8.328**	**10.502.446**	**9.014.099**

d2. Operações de Crédito em Curso Anormal

	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2015	31/12/2014
Parcelas Vencidas											
01 a 30 dias	-	-	566	75	45	28	18	14	89	835	797
31 a 60 dias	-	-	150	247	51	33	23	16	90	610	550
61 a 90 dias	-	-	-	98	316	41	22	16	119	612	635
91 a 180 dias	-	-	-	67	96	225	173	147	329	1.038	1.054
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	52	15	23	518	608	569
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	62	62	192
	-	**-**	**716**	**487**	**508**	**379**	**251**	**216**	**1.207**	**3.764**	**3.797**
Parcelas Vincendas											
01 a 30 dias	-	-	132	55	32	25	17	13	87	361	385
31 a 60 dias	-	-	99	48	36	25	17	19	80	324	355
61 a 90 dias	-	-	101	47	29	25	15	15	84	316	348
91 a 180 dias	-	-	439	194	116	163	85	52	367	1.416	1.008
181 a 360 dias	-	-	1.012	476	351	262	166	118	391	2.775	3.101
Acima de 360	-	-	3.296	1.317	738	706	307	241	2.461	9.066	6.785
	-	**-**	**5.079**	**2.137**	**1.302**	**1.206**	**607**	**458**	**3.470**	**14.259**	**11.982**
Total	**-**	**-**	**5.795**	**2.624**	**1.810**	**1.585**	**858**	**674**	**4.677**	**18.023**	**15.779**

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

	BANCO E CONSOLIDADO							
	Vencidas	A vencer					Total	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	2015	2014
Rural	-	544.672	4.380.489	2.157.611	476.670	413.993	7.973.435	6.917.325
Intermediários financeiros	1.765	22.014	58.503	113.756	44.295	-	240.333	412.405
Pessoas físicas	1.699	153.881	111.939	212.380	86.764	8.184	574.847	406.881
Outros serviços	231	135.360	85.620	142.225	62.649	55.235	481.320	395.209
Total	**3.695**	**855.927**	**4.636.551**	**2.625.972**	**670.378**	**477.412**	**9.269.935**	**8.131.820**

f. Concentração das operações de crédito

	BANCO E CONSOLIDADO			
	2015	%	2014	%
10 maiores devedores	2.744.946	29,61	2.553.965	31,41
50 devedores seguintes	2.454.543	26,48	2.180.135	26,81
100 devedores seguintes	1.489.106	16,06	1.183.369	14,55
Demais	2.581.340	27,85	2.214.351	27,23
Total	**9.269.935**	**100,00**	**8.131.820**	**100,00**

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa
g1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Operações de Crédito

	BANCO E CONSOLIDADO		
	2º Semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Saldo no início do semestre/exercício	36.396	35.668	34.054
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.787	5.727	6.492
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(1.648)	(4.860)	(4.878)
Saldo no final do semestre/exercício	**36.535**	**36.535**	**35.668**

Os créditos renegociados no exercício de 2015 totalizaram R$ 2.393 (2014 - R$ 55.260) e decorrem principalmente de operações de capital de giro, que correspondem a contratos renegociados por inadimplência. O exercício de 2014 ficou marcado por normativos do CMN que incentivaram as renegociações de Crédito Rural e Funcafé.
A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2015 totalizou R$ 1.688 (2014 - R$ 1.139).

g2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Outros Créditos com característica de concessão de crédito

	2º Semestre	BANCO E CONSOLIDADO	
	2015	2015	2014
Saldo no início do semestre	6.132	5.505	3.543
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.400	2.027	1.962
Saldo no final do semestre	**7.532**	**7.532**	**5.505**

g3. Garantias Prestadas
Provisão constituída para garantias prestadas ainda não honradas, sujeita aos mesmos critérios mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99. No 2º semestre de 2015, foi constituída provisão para fazer frente a esse risco, no valor de R$ 44.

h. Receitas de Operações de Crédito

	BANCO E CONSOLIDADO		
	2º Semestre	Ano	
	2015	2015	2014
Empréstimos e títulos descontados	64.619	120.591	96.018
Financiamentos	32.497	62.766	55.347
Financiamentos rurais e agroindustriais	343.419	626.676	430.603
Subtotal	**440.535**	**810.033**	**581.968**
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	679	1.688	1.139
Total	**441.214**	**811.721**	**583.107**

Importante destacar que na nota 20 i, encontram-se descritos os saldos de Comissões sobre Operações de Crédito incorridas no curso normal do processo de concessão de crédito previsto para o Sicoob.
O acréscimo na rentabilidade da carteira de crédito decorre do maior volume de créditos concedidos (Nota 8 a) além do cenário de alta de taxa de juros vivenciado em 2015.

9. Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido
Créditos tributários
Em 31 de dezembro de 2015, o Bancoob possuía créditos tributários registrados em Outros créditos (Nota 21 b), no montante de R$ 29.538 (2014 - R$ 24.381), que são originários de diferenças intertemporais entre o resultado contábil e fiscal.

a. Composição

	BANCO		CONSOLIDADO		BANCO		CONSOLIDADO	
	2015				2014			
Natureza e origem	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para Cofins	-	-	-	-	6.971	6.971	6.971	6.971
Provisão perdas para créditos de liquidação duvidosa	45.272	45.272	45.272	45.272	42.524	42.524	42.524	42.524
Provisão passivos cíveis e trabalhistas	2.274	2.274	2.274	2.274	1.456	1.456	1.456	1.456
Ajuste a valor de mercado (TVM)	2.491	2.491	2.491	2.491	2.737	2.737	2.737	2.737
Provisão para Participação nos Resultados	7.461	7.461	7.593	7.593	4.994	4.994	5.125	5.125
FGTS 50% - Diretoria	670	670	847	847	510	510	640	640
Bonificação Cartão	6.265	6.265	6.265	6.265	560	560	560	560
Honorários Advocatícios	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Outras provisões	208	208	247	247	201	201	237	237
Montante	65.641	65.641	65.989	65.989	60.953	60.953	61.250	61.250
Alíquotas	25%	20%	25%	20%	25%	15%	25%	15%
Créditos tributários constituídos	**16.410**	**13.128**	**16.497**	**13.198**	**15.238**	**9.143**	**15.312**	**9.188**

b. Movimentação

	BANCO		CONSOLIDADO		BANCO		CONSOLIDADO	
	2015				2014			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	15.238	9.143	15.313	9.188	13.368	8.021	13.368	8.021
Imposto diferido (passivo)	(1)	(1)	(1)	(1)	(110)	(66)	(110)	(66)
	15.237	**9.142**	**15.312**	**9.187**	**13.258**	**7.955**	**13.258**	**7.955**
Ajuste em resultado	**1.234**	**3.897**	**1.246**	**3.922**	**1.196**	**717**	**1.270**	**763**
Créditos tributários constituídos	6.982	7.068	7.080	7.155	3.826	2.295	3.900	2.341
Créditos tributários baixados	(5.748)	(3.171)	(5.834)	(3.233)	(2.630)	(1.578)	(2.630)	(1.578)
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	**(61)**	**89**	**(61)**	**89**	**783**	**470**	**783**	**469**
Créditos tributários constituídos	1.887	2.794	1.887	2.794	1.763	1.059	1.763	1.058
Créditos tributários baixados	(1.949)	(2.706)	(1.949)	(2.706)	(1.089)	(654)	(1.089)	(654)
Movimentação do imposto diferido	1	1	1	1	109	65	109	65
Movimentação	**1.173**	**3.986**	**1.185**	**4.011**	**1.979**	**1.187**	**2.053**	**1.232**
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	16.410	13.128	16.497	13.198	15.238	9.143	15.312	9.188
Imposto diferido (passivo)	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)	(1)
	16.410	**13.128**	**16.497**	**13.198**	**15.237**	**9.142**	**15.311**	**9.187**

c. Expectativa de realização do crédito tributário
Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

	2015			
	BANCO		CONSOLIDADO	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2016	7.957	6.917	8.025	6.976
2017	5.764	4.447	5.853	4.515
2018	3.352	2.323	3.352	2.323
2019	2.973	1.858	2.973	1.858
2020	9.492	5.367	9.492	5.367
Total de créditos tributários	**29.538**	**20.912**	**29.695**	**21.039**

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	BANCO					CONSOLIDADO			
	2015			2014		2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social(*) Até agosto	Contribuição social(*) A partir de Setembro	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social(*)	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	200.802	146.650	54.152	124.835	124.835	204.087	204.087	125.923	125.923
Resultado de participações em controladas	(9.003)	(5.097)	(3.906)	(3.567)	(3.567)	(3.664)	(3.664)	(1.262)	(1.262)
Participação de empregados nos lucros	(7.567)	(3.192)	(4.375)	(4.954)	(4.954)	(7.729)	(7.729)	(5.090)	(5.090)
Base de cálculo	**184.232**	**138.361**	**45.871**	**116.313**	**116.313**	**192.695**	**192.695**	**119.571**	**119.571**
Alíquota de tributação	25%	15%	20%	25%	15%	25%	20%/9%	25%	15%/9%
	46.058	20.754	9.174	29.078	17.477	48.174	30.881	29.893	17.803
Efeito tributário sobre diferenças temporárias									
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	687	(245)	876	959	575	687	631	958	576
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	205	15	144	89	53	254	177	91	54
Demais provisões	189	(1.134)	1.664	148	89	198	534	200	119
	1.081	(1.364)	2.684	1.196	717	1.139	1.342	1.249	749
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	918	360	294	487	312	930	694	480	333
Prejuízo fiscal/Base negativa à compensar	-	-	-	-	-	-	-	(147)	(41)
Patrocínios/Lei do Esporte	(690)	-	-	(765)	-	(690)	-	(765)	-
PAT	(465)	-	-	(437)	-	(503)	-	(447)	-
Vale Cultura	(104)	-	-	(38)	-	(104)	-	(38)	-
Prorrogação Licença Maternidade	(85)	-	-	(76)	-	(85)	-	(76)	-
	1.345	-	-	1.316	-	(1.382)	-	1.473	(41)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**46.711**	**19.750**	**12.152**	**29.445**	**18.476**	**48.861**	**32.917**	**30.149**	**18.844**
Imposto de renda e contribuição social – exercícios anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2)**	**(2)**	**-**	**-**
Total	**46.711**	**19.750**	**12.152**	**29.445**	**18.476**	**48.859**	**32.915**	**30.149**	**18.844**

(*) a partir de setembro, a alíquota da CSLL passou a ser de 20%, conforme alteração da legislação.

10. Participações em empresas controladas
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no "Ativo não circulante – investimentos". Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resultado de participações em controladas". Para as demonstrações financeiras consolidadas, exceto as controladas em conjunto, os investimentos em empresas controladas são eliminados no processo de consolidação.

Discriminação	Data-Base	Capital social realizado	Patrimônio líquido ajustado	Resultado no exercício	Participação %	Quantidade de quotas	Resultado de equivalência 2º Semestre 2015	Resultado de equivalência Exercício 2015	Resultado de equivalência Exercício 2014	Ágio em Investimentos 2015	Ágio em Investimentos 2014	Banco 2015	Banco 2014	Consolidado 2015	Consolidado 2014
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (a)	31/12/2015	2.170	4.075	1.360	99,9994	2.000.000	771	1.360	649	-	-	4.139	2.896	-	-
Cabal Brasil Ltda.(b)	31/12/2015	16.641	21.724	5.083	80	13.313.000	2.721	3.663	1.262	11.649	-	29.028	8.487	29.028	8.499
Ponta Administradora de Consórcios Ltda.(c)	31/12/2015	6.191	11.259	3.980	99,99	6.191.000	1.826	3.980	1.656	-	-	11.258	7.278	-	-
Bancoob Participações em Seguridade S.A. (d)	31/12/2015	4.000	-	-	100	4.000.000	-	-	-	-	-	4.000	-	4.000	-
Total							**5.318**	**9.003**	**3.567**	**11.649**	**-**	**48.425**	**18.661**	**33.028**	**8.499**

(a) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 2.647 bilhões (2014 - R$ 1.903 bilhões).
(b) Operadora de cartões de crédito Mastercard, Visa e Cabal dentro do sistema Sicoob. Em junho/2015 foi adquirido mais 29% do Capital de participação na Cabal Brasil, sendo assim o cálculo da equivalência até maio/2015 foi feito considerando o percentual de 51% e a partir de junho/2015 considerando o novo percentual no total de 80%.
(c) A Ponta Administradora de Consórcios Ltda, possui participação de 10 % na empresa Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda e como não exerce influência significativa o saldo dessas participações é registrado ao custo.
(d) Em abril de 2015 houve o registro do investimento na empresa Bancoob Participações em Seguridade S.A. – Bancoob PAR Seguridade, que visa suportar a participação societária em uma Companhia Seguradora, cujo processo de aprovação prévia foi deferido pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, em novembro de 2015. A estruturação final da seguradora e sua entrada em funcionamento estão previstas para o primeiro semestre de 2016.

11. Imobilizado

	BANCO						CONSOLIDADO
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**3.010**	**48.002**	**3.436**	**765**	**509**	**55.722**	**56.200**
Aquisição	-	-	766	244	51	1.061	1.335
Alienação	-	-	(28)	(22)	(2)	(52)	(92)
Depreciação	-	(1.548)	(734)	(316)	(110)	(2.708)	(2.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**3.010**	**46.454**	**3.440**	**671**	**448**	**54.023**	**54.611**
Custo total	3.010	52.904	8.510	8.758	940	74.122	74.952
Depreciação acumulada	-	(6.450)	(5.070)	(8.087)	(492)	(20.099)	(20.341)
Valor residual	**3.010**	**46.454**	**3.440**	**671**	**448**	**54.023**	**54.611**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**3.010**	**46.454**	**3.440**	**671**	**448**	**54.023**	**54.611**
Aquisição	-	-	296	491	137	924	1.239
Alienação	-	-	(49)	(17)	(5)	(71)	(71)
Depreciação	-	(2.487)	(687)	(290)	(110)	(3.574)	(3.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**3.010**	**43.967**	**3.000**	**855**	**470**	**51.302**	**52.028**
Custo total	3.010	52.904	8.343	8.326	1.013	73.596	74.743
Depreciação acumulada	-	(8.937)	(5.343)	(7.471)	(543)	(22.294)	(22.715)
Valor residual	**3.010**	**43.967**	**3.000**	**855**	**470**	**51.302**	**52.028**
Taxas anuais de depreciação - %	**-**	**4,70%**	**10%**	**20%**	**10%**		

12. Intangível - Softwares

	BANCO	CONSOLIDADO
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**1.762**	**1.764**
Aquisição	1.091	1.091
Alienação	(9)	(9)
Amortização	(612)	(613)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**2.232**	**2.233**
Custo total	6.600	6.602
Amortização acumulada	(4.368)	(4.369)
Valor residual	**2.232**	**2.233**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**2.232**	**2.233**
Aquisição	469	592
Alienação	(24)	(24)
Amortização	(621)	(624)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.056**	**2.177**
Custo total	7.042	7.168
Amortização acumulada	(4.986)	(4.991)
Valor residual	**2.056**	**2.177**
Taxas anuais de amortização - %	**20%**	**20%**

13. Depósitos
a. Composição de depósitos

	BANCO								CONSOLIDADO	
	2015							2014	2015	2014
	Sem Vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total	Total
Depósitos à vista	23.957	-	-	-	-	-	23.957	31.013	23.883	30.985
Depósitos de poupança	2.747.375	-	-	-	-	-	2.747.375	2.551.307	2.747.375	2.551.307
Depósitos interfinanceiros	-	1.116.730	1.780.959	1.583.684	6.799.285	2.224.595	13.505.253	11.328.847	13.505.253	11.328.847
Depósitos interfinanceiros rurais	-	29.736	465.934	258.354	1.664.772	-	2.418.796	2.503.182	2.418.796	2.503.182
Depósitos a prazo	-	1.037	1.170	7.384	9.052	151.839	170.482	158.000	157.464	148.521
Total	**2.771.332**	**1.147.503**	**2.248.063**	**1.849.422**	**8.473.109**	**2.376.434**	**18.865.863**	**16.572.349**	**18.852.771**	**16.562.842**
- Circulante							16.489.429	15.069.193	16.489.355	15.069.165
- Não circulante							2.376.434	1.503.156	2.363.416	1.493.677

b. Despesas com operações de captações no mercado

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2015	2015	2014	2015	2014
Depósitos de poupança	103.206	192.001	146.704	192.001	146.704
Depósitos interfinanceiros	1.025.944	1.799.637	1.239.022	1.799.637	1.239.022
Depósitos a prazo	11.211	20.546	9.653	18.918	9.653
Captações no mercado aberto	89.665	177.325	166.064	177.325	166.064
Outras despesas de captação	3.163	5.572	4.867	5.572	4.867
Total	**1.233.189**	**2.195.081**	**1.566.310**	**2.193.453**	**1.565.432**

A variação verificada nos depósitos de poupança e interfinanceiros atende ao aumento na procura por esses produtos financeiros pelos participantes do SICOOB.

14. Obrigações por operações compromissadas
Maturidade

	BANCO E CONSOLIDADO						
	2015						2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Próprio	38.772	48.902	15.777	-	21.988	125.439	338.672
Terceiros	1.114.460	-	-	-	-	1.114.460	1.340.641
Total	**1.153.232**	**48.902**	**15.777**	**-**	**21.988**	**1.239.899**	**1.679.313**
- Circulante						1.217.911	1.653.516
- Não circulante						21.988	25.797

15. Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures

	BANCO E CONSOLIDADO						
	2015						2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
LCA - PÓS	1.429	9.987	8.395	13.064	1.847	34.722	-
LCA - PRÉ	-	-	-	-	-	-	3.702
Total	**1.429**	**9.987**	**8.395**	**13.064**	**1.847**	**34.722**	**4.876**
- Circulante						32.875	3.702
- Não Circulante						1.847	-

16. Obrigações por repasses do País
a. Composição das obrigações por repasses do País
As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2030 e com encargos financeiros de até 10,97 % a.a.

	BANCO E CONSOLIDADO							
	2015							2014
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total	Total
Tesouro Nacional	-	-	21	21	-	-	42	63
BNDES	-	54.948	138.065	326.570	224.080	247.354	991.017	821.864
Banco do Brasil/FCO	-	1.000	7.452	19.082	13.992	5.416	46.942	36.311
Finame	-	21.851	116.184	246.265	164.518	156.162	704.980	659.776
Funcafé	-	126.286	143.329	10.843	2.112	-	282.570	298.027
Total	**-**	**204.085**	**405.051**	**602.781**	**404.702**	**408.932**	**2.025.551**	**1.816.041**
- Circulante							609.136	591.808
- Não circulante							1.416.415	1.224.233

A variação do exercício acompanha parte da maior demanda por crédito descrita na Nota 8 a.

b. Despesas com obrigações por repasses do país

	BANCO E CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2015	Ano 2015	2014
Tesouro Nacional	2	4	6
BNDES	18.641	35.597	31.368
FINAME	5.700	10.581	6.526
Banco do Brasil - FCO	558	993	835
Outras Instituições - Funcafé	5.866	8.846	6.863
Total	**30.767**	**56.021**	**45.597**

17. Passivos, contingências e obrigações legais
As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:
i. A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.
ii. Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.
A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como "risco de perda provável"
As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no semestre. Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros Créditos – Diversos".

Provisões constituídas
a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2015		2014		2015		2014	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais (a)	-	-	7.105	7.104	-	-	7.105	7.105
Trabalhistas	415	1.646	392	561	460	1.773	511	570
Cíveis	443	628	440	894	464	714	440	949
Total	**858**	**2.274**	**7.937**	**8.559**	**924**	**2.487**	**8.056**	**8.624**

(a)Utilização / reversão em virtude da extinção do processo.

a.2 Movimentação das provisões para causas judiciais

	BANCO E CONSOLIDADO						
	2015				2014	2015	2014
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro	7.104	561	894	8.559	8.203	8.624	8.308
Constituições no exercício	-	2.435	1.041	3.477	1.944	3.835	1.992
Utilizações no exercício	(6.422)	(814)	(1.015)	(8.251)	(1.067)	(8.251)	(1.104)
Reversões no exercício	(682)	(536)	(292)	(1.511)	(521)	(1.721)	(572)
Saldo final em 31 de dezembro	-	1.646	628	2.274	8.559	2.487	8.624

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 20c) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 20d).
Natureza das ações classificadas como "risco de perda provável"
i. Trabalhistas – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
ii. Cíveis – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como "risco de perda possível"
As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: **(i)** ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; **(ii)** ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; **(iii)** ações de natureza trabalhista; **(iv)** ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS).

b.1 Saldo dos passivos contingentes classificados como "risco de perda possível"

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas	3.547	3.859	3.931	5.210
Fiscais/Previdenciárias	23	2.574	41	2.574
Cíveis	42.123	34.568	43.530	34.957
Total	**45.693**	**41.001**	**47.502**	**42.741**

c. Contingências classificadas como "risco de perda remota"
A Receita Federal questiona, por meio de autuação fiscal, o valor deduzido pelo Bancoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Bancoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco. O processo foi julgado pela 3ª Turma, da 1ª Câmara do CARF, que deu provimento parcial ao recurso do Banco para determinar o computo do IR fonte e estimativa e excluir a multa isolada. Aguarda-se publicação do acórdão e intimação para interposição de Recurso Especial à Câmara Superior.
Com base nas recomendações dos advogados internos e externos, considerando a natureza dos debates iniciados no julgamento, da divergência de votos e que não há decisão final do CARF sobre a autuação fiscal, o processo continua classificado com o prognóstico de perda remota.

18. Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social é composto atualmente por ações 497.764.490 (2014 – 398.549.474), sendo 250.248.136 ações ordinárias (2014 – 200.368.377) e 247.516.354 ações preferenciais (2014 – 198.181.097), todas sem valor nominal.
Em 2015 houve um aumento de capital no valor de R$ 118.282.

b. Reserva de capital
O saldo de R$ 45 (2013 - R$ 45) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros
O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do exercício à formação de reserva de lucros. Foram destinados R$ 5.988 em 2015 (R$ 3.694 em 2014).
Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R$ 108.077 (R$ 66.485 em 2014), a ser destinada na próxima assembleia.

d. Dividendos
O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram provisionados dividendos no montante de R$ 5.688, equivalentes a R$ 11,43 por lote de mil ações (2014 - R$ 3.694, equivalentes a R$ 9,27 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado
Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 9a).

19. Limites operacionais - Acordo da "Basileia"
O patrimônio líquido do Conglomerado Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

	2015	2014	2015	2014
	Conglomerado	Prudencial	Conglomerado	Financeiro
Patrimônio de referência nível I	**1.017.914**	**786.625**	**1.017.962**	**786.625**
Capital principal	**1.017.914**	**786.625**	**1.017.962**	**786.625**
Patrimônio Líquido	1.017.914	786.625	1.017.962	786.625
Redução dos ganhos/perdas de ajuste de valor de mercado	-	-	-	-
Patrimônio de referência nível II	**-**	**-**	**-**	**-**
Redução dos ganhos/perdas de ajuste de valor de mercado	-	-	-	-
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (2)	-	-	-	-
Patrimônio de referência (a)	**1.017.914**	**786.625**	**1.017.962**	**786.625**
Risco de crédido	5.148.276	4.004.712	5.155.164	4.002.164
Risco de mercado	135.550	77.841	135.550	77.841
Risco operacional	704.931	468.457	580.438	468.457
Ativo pondereado pelo risco - RVA (b) (3)	**5.988.757**	**4.551.010**	**5.871.152**	**4.548.462**
Índice da Basileia (a/b)	**17,00%**	**17,28%**	**17,34%**	**17,29%**
Capital nível I	**17,00%**	**17,28%**	**17,34%**	**17,29%**
Capital nível II	**-**	**-**	**-**	**-**
Risco banking (RBAN)	277,357	350.319	277.356	350.319
Índice da Basileia amplo	**16,24%**	**16,05%**	**16,56%**	**16,06%**

20. Outros desdobramentos das demonstrações contábeis
a. Composição de relações interfinanceiras
a.1 Ativas

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2015	2014
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	309	514
Reservas compulsórias em espécie no Bacen	2.431	35.329
Bacen – Recolhimentos obrigatórios	223.646	330.276
Relações com correspondentes	93	73
Total	**226.479**	**366.192**

a.2 Passivas

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2015	2014
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação	-	23.526
Total	**-**	**23.526**

b. Composição de outros créditos - Diversos

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Depósitos em garantia (a)	858	7.937	924	8.056
Créditos tributários (Nota 9 a)	29.538	24.381	29.695	24.500
Valores a receber de cooperativas (b)	6.472	5.318	6.472	5.318
Tributos a compensar	47.334	39.907	50.808	41.116
Valores a receber de cartões de crédito (c)	1.250.534	898.058	1.250.534	898.058
Títulos e créditos a receber (d)	28.029	30.525	28.029	30.525
Adiantamentos e antecipações salariais	3.166	2.608	3.266	2.685
Pagamentos a ressarcir (e)	61.391	33.426	61.391	33.929
Adquirência (f)	584.233	26.792	584.233	26.792
Outros	11.604	14.065	12.341	23.880
Total	**2.023.159**	**1.083.017**	**2.027.693**	**1.085.433**
- Circulante	1.976.523	1.029.782	1.979.932	1.031.285
- Não circulante	46.636	53.235	47.761	54.148

(a) Em 2014 incluía o depósito judicial registrado em Outros créditos – Diversos, no circulante, no valor de R$ 7.105 (2013 - R$ 7.105) relativo à diferença apurada entre os recolhimentos efetuados para a COFINS, em decorrência de liminar concedida, e o exigido nos termos do art. 3º da Lei nº 9.718/98 (Nota 17a).
Em novembro de 2014 o Bancoob peticionou requerendo a desistência da ação que questionava o alargamento da base de cálculo da COFINS em função de adesão ao REFIS. Homologado o pedido de desistência e expedida autorização judicial, o banco realizou o levantamento dos valores referentes aos depósitos e a respectiva baixa contábil.
(b) Referem-se aos serviços bancários realizados pelo Bancoob às cooperativas participantes do sistema de compensação e que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.
(c) Refere-se às transações com cartão de crédito Cabal/Mastercard efetuadas pelos portadores de cartões. O aumento no exercício é reflexo do esforço da administração em alavancar as operações de Cartão. Os valores aqui apresentados estão líquidos de provisão para outros créditos com característica de concessão de crédito, vide nota 6.
(d) Refere-se, preponderantemente, a valores a receber pela venda de bens ao Sicoob Confederação, no valor de R$ 24.353 (2014 – R$ 27.588), sendo:
a. *Venda de ativos de tecnologia da informação* - Em 29 de setembro de 2008, celebraram entre si o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação contrato de venda de ativos de tecnologia da informação, contemplando aquisição de *hardware* e *software* e promessa de cessão de contratos de licenças de *software*, contratos de terceiros e outras avenças com encerramento dos vencimentos em setembro de 2018.
O saldo devedor total é de R$ 6.517 em 31 de dezembro de 2015 (2014 – R$ 8.799).
b. *Venda de bens imóveis* - Em 30 de dezembro de 2008, foi realizada venda de salas e do CPD do edifício-sede do Bancoob:
• "Promessa de compra e venda de imóvel" entre o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, com encerramento dos recebimentos em novembro de 2033.
O saldo devedor total é de R$ 17.836 em 31 de dezembro de 2015 (2014 – R$ 18.789).
(e) Refere-se ao abastecimento dos quiosques do Banco 24 Horas.
(f) Refere-se, principalmente, a valores a receber de emissores de cartão no valor de R$ 583.912 (2014 – R$ 26.792) para o produto adquirência, que teve início no 2º semestre de 2014.

c. Fiscais e previdenciárias

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para imposto de renda	46.711	29.444	48.861	30.150
Provisão para contribuição social	31.902	18.477	32.917	18.844
Tributos a recolher sobre serviços de terceiros	1.261	506	1.305	536
Tributos e contribuições sobre salários	2.625	2.278	3.094	2.740
Tributos e contribuições diferidos (Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários) (Nota 18e)	-	1	-	1
Provisão para riscos fiscais (Nota 17a)	-	7.104	-	7.104
Outros tributos a recolher	5.020	3.497	5.439	3.806
Total	**87.519**	**61.307**	**91.616**	**63.181**
- Circulante	87.516	54.199	91.398	55.820
- Não circulante	3	7.108	218	7.361

d. Composição de outras obrigações – Diversas

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para pagamento de despesas administrativas	37.109	28.870	39.009	29.726
Tarifas interbancárias a repassar	2.676	3.040	2.676	3.040
Obrigações de cartão de crédito (a)	1.186.502	836.096	1.186.502	836.096
Provisão *Del Credere* (b)	14.741	10.397	14.741	10.397
Obrigações com convênios oficiais – INSS	21.233	19.809	21.233	19.809
Valores a pagar arrecadação	5.523	4.009	5.523	4.009
Valores a repassar do BNDES	164	139	164	139
Obrigações por recursos de consorciados (c)	-	-	3.852	3.003
Adquirência (d)	441.499	24.321	441.499	24.321
Outras	2.282	4.013	3.292	4.908
Total	**1.711.729**	**930.694**	**1.718.491**	**935.448**
- Circulante	1.709.410	929.239	1.715.942	933.893
- Não circulante	2.319	1.455	2.549	1.555

(a) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão. O aumento no exercício é reflexo do esforço da administração em alavancar as operações de Cartão.
(b) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.
(c) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.
(d) Refere-se, principalmente, a valores a pagar aos estabelecimentos comerciais no valor de R$ 421.800 (2014 – R$ 24.321) para o produto adquirência, que teve início no 2º semestre de 2014.

e. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	BANCO			CONSOLIDADO	
	Semestre	2015	2014	2015	2014
Convênio Sicoob (*)	16.253	31.167	24.902	31.167	24.902
Rendas de serviços bancários	15.641	30.472	27.350	30.472	27.350
Rendas de serviços prestados de fundos	1.047	1.882	1.815	1.882	1.815
Rendas de administração de fundos	-	-	-	5.790	4.413
Rendas de administração de Consórcio	-	-	-	35.093	19.970
Rendas de serviços com cartão de crédito (**)	123.013	224.999	152.345	224.999	152.345
Rendas de recebimento de concessionárias (***)	17.671	36.690	34.375	36.690	34.375
Rendas de tarifas bancárias	43	83	80	83	80
Outras receitas diversas	8.800	14.879	8.876	14.879	8.876
Total	**182.468**	**340.172**	**249.743**	**381.055**	**274.126**

(*) Refere-se a prestação de serviços ao Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.
(**) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.
(***) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

f. Despesas de pessoal

	BANCO			CONSOLIDADO	
	Semestre	2015	2014	2015	2014
Honorários pagos a diretores e conselheiros	3.099	5.928	5.654	7.713	7.253
Proventos (*)	21.609	40.861	36.755	43.635	39.145
Encargos sociais (**)	8.736	16.676	15.461	18.343	17.101
Benefícios (***)	5.917	11.017	9.070	11.994	9.726
Treinamentos	373	741	994	764	1.007
Remuneração a estagiários	170	317	300	319	306
Total	**39.904**	**75.540**	**68.234**	**82.768**	**74.538**

(*) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
(**) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.
(***) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a empregados.

g. Despesas administrativas

	BANCO			CONSOLIDADO	
	Semestre	2015	2014	2015	2014
Despesas de água, energia e gás	37	66	59	140	106
Despesas de comunicação	6.477	12.351	10.498	12.796	10.868
Despesas com manutenção e conservação	83	179	186	378	229
Despesas de material	2.608	4.453	3.619	4.504	3.661
Despesas de processamento de dados	38.892	76.080	65.117	76.845	65.692
Despesas com propaganda e publicidade	3.199	5.006	5.614	5.866	5.778
Despesas com serviços do sistema financeiro	26.176	47.865	32.822	47.992	32.900
Despesas de serviços de terceiros	20.242	37.880	30.748	59.275	43.677
Despesas de serviços técnicos especializados	5.883	11.479	12.492	11.672	12.723
Despesas e depreciação e amortização	2.095	4.192	3.320	4.374	3.444
Despesas com viagens	1.161	2.118	2.360	2.205	2.442
Outras despesas administrativas	3.049	6.174	6.080	6.930	6.751
Total	**109.902**	**207.843**	**172.915**	**232.977**	**188.271**

h. Composição de outras receitas operacionais

	BANCO			CONSOLIDADO	
	Semestre	2015	2014	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	5.455	12.036	7.439	12.036	7.456
Receitas de cartões de crédito	25.811	39.981	27.326	39.981	27.326
Atualização de crédito com INSS	-	895	7.388	895	7.388
Adquirência	25.270	29.192	68	29.192	68
Outras	330	2.004	993	5.240	1.080
Total	**56.866**	**84.108**	**43.214**	**87.344**	**43.318**

i. Composição de outras despesas operacionais

	BANCO			CONSOLIDADO	
	Semestre	2015	2014	2015	2014
Despesas com administração de cartões de crédito	67.496	116.673	73.923	116.673	73.923
Atualização de créditos do INSS (*)	986	2.385	8.869	2.385	8.869
Despesas com tarifas de arrecadação	12.284	25.736	26.541	25.736	26.541
Comissão sobre operações de crédito	35.446	67.846	53.667	67.846	53.667
Outras	14.095	19.484	6.266	20.051	6.301
Total	**130.307**	**232.124**	**169.266**	**232.691**	**169.301**

(*) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

j. Resultado não operacional

	BANCO			CONSOLIDADO	
	Semestre	2015	2014	2015	2014
Receita não operacional (1)	9.993	11.618	23.109	11.659	25.314
Despesa não operacional	76	162	61	162	70
Amortização ágio Consórcio Ponta	986	1.061	460	1.061	460
Total	**8.929**	**10.395**	**22.588**	**10.436**	**24.784**

(1) Em 2015 o Bancoob, visando promover a gestão centralizada das operações de seguros no Sicoob, estabeleceu acordos operacionais com importantes seguradoras do mercado. Dentre os critérios que embasaram a escolha das companhias, destacou-se a participação financeira para a estruturação das parcerias estratégicas, com impacto direto na receita não operacional, no valor de R$ 8.330.

Em 2014 refere-se, substancialmente, ao recebimento de R$ 20.000 da *First* Data, pela obtenção das licenças de adquirência perante as Bandeiras MasterCard e Visa, conforme cláusula 11.2 do acordo operacional entre Bancoob e a *First* Data e atualização pelo CDI das parcelas a receber referentes à venda do sistema de tecnologia e das salas do edifício-sede do Banco (Nota 20b).

21. Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88.

Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	2015	2014
Ativo	**7.575.532**	**5.988.785**
Operações de crédito	7.521.535	5.934.968
Valores a receber	30.419	32.914
Despesas antecipadas – Comissão Credconsignado	23.578	20.903
Passivo	**14.072.309**	**12.485.771**
Depósitos à vista	5.604	5.766
Depósitos interfinanceiros	13.453.842	11.300.949
Depósitos a prazo	23.133	35.163
Operações compromissadas – carteira própria	92.146	316.518
Operações compromissadas – carteira de terceiros	467.908	805.676
Comissões a pagar – Credconsignado	2.305	2.325
Valores a pagar – *Del Credere*	14.734	10.398
Valores a pagar – Tarifas de recebimentos de convênios	3.004	2.298
Valores a pagar – Sicoob Confederação	9.633	6.678
Receitas	**577.142**	**460.029**
Operações de crédito	415.130	406.491
Receitas de prestação de serviços	157.826	50.571
Outras receitas operacionais	1.000	-
Receitas não operacionais	3.186	2.967
Despesas	**1.976.789**	**1.351.991**
Captação	1.759.260	1.201.377
Outras despesas Operacionais	217.529	150.614

b. Subsidiárias e Joint Ventures

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Passivo	1.740	2.902	4.431	-	7.721	25.286	11.353	6.607
Depósitos à vista	67	6	-	-	3.173	2.327	8	23
Depósitos a prazo	1.673	2.896	4.431	-	4.548	22.959	11.345	6.584
Valores a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas	241	159	431	-	1.613	26.984	709	327
Despesas de captação	241	159	431	-	1.613	2.683	709	327
Despesas com cartão	-	-	-	-	-	24.301	-	-

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A remuneração paga aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Encargos	1.523	1.448	2.044	1.920
Honorários	5.486	5.024	7.392	6.693
Planos de aposentadoria e pensão	125	119	172	166
Seguros	83	74	112	104
Total	**7.217**	**6.665**	**9.720**	**8.883**

22. Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

	BANCO 2015		
Descrição	**Valor a receber**	**Valor a pagar**	**Valor líquido**
Depósito a prazo/CDI	2.891.770	2.228.532	663.238

	BANCO 2014		
Descrição	**Valor a receber**	**Valor a pagar**	**Valor líquido**
Depósito a prazo/CDI	620.561	2.217.600	(1.597.039)

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2015, R$ 7.055 (2014 - R$ 3.886). Em 2015 foi constituída uma provisão no valor de R$ 44.

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar

O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sicoob Previ contava com 409 participantes ativos (2014 - 390), cuja contribuição totalizou R$ 1.075 (2014 - R$ 969).

e. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No 2º semestre e no exercício de 2015, foram provisionados os valores de R$ 5.127 e R$ 7.567, respectivamente (2014 – R$ 3.097 e R$ 4.954), consolidado – R$ 5.241 e R$ 7.729 (2014 – R$ 3.184 e R$ 5.090), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Fiscalização

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

g. Alterações na Legislação Tributária

1 - Em maio de 2015, foi publicada Medida Provisória nº 675/15 (posteriormente convertida na Lei nº 13.169/15), a qual majorou a alíquota da CSLL para as instituições financeiras em 5%, a partir do mês de setembro.

Desta forma, o Bancoob, em conformidade com a legislação passou a calcular a contribuição (e o respectivo crédito tributário) a alíquota de 20%.

2 - A Medida Provisória nº 627 (MP 627), foi convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, alterando a Legislação Tributária Federal sobre os tributos IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

As duas principais alterações trazidas pela Lei foram:

2.1 - Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

2.2 - Alteração do conceito de faturamento.

O Bancoob já havia adotado o novo conceito de faturamento, com isso a Lei não trouxe impacto relevante para a Instituição.

h. Bancoob Participações em Seguridade S.A.

O Bancoob, motivado pelas oportunidades no mercado de seguros, pela capilaridade da rede de atendimento do Sicoob, bem como pelo desafio de atender as necessidades de seus associados, constituiu a Bancoob Participações em Seguridade S.A., com o objetivo de criar uma Companhia Seguradora de Vida e Previdência em sociedade com a MONGERAL AEGON.

O processo de constituição da nova seguradora foi submetido à análise da SUSEP, que deferiu o pleito de aprovação prévia em novembro de 2015. A nova seguradora iniciará suas atividades no primeiro semestre de 2016.

23. Gerenciamento de riscos

a) Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b) Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Riscos de Mercado e de Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. A Política Institucional de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
c) limite máximo para a exposição a risco de mercado;
d) realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
e) limite mínimo de liquidez;
f) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
h) planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BCB 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c) Risco de crédito

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão do risco de crédito, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza monitoramento da inadimplência da carteira e faz testes periódicos de seus modelos de cálculo de risco e de limites e respectivo acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
b) estimativa (critérios consistentes e mensuráveis) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
d) procedimentos para a recuperação de créditos;
e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

24. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2015

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda e Cabal Brasil Ltda.

3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.

5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Independente:

a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:

a) promoveu, no 2º semestre de 2015, 6 reuniões ordinárias;

b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;

c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;

d) promoveu reuniões com a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;

e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito; prevenção à lavagem de dinheiro e gestão de continuidade de negócios; e

f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gestão de riscos no Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.

8. No 2º semestre de 2015, não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.

9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados à gestão de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente

10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.

11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2015.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado.

13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas do semestre e exercício findos em 31/12/2015 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas adotadas no País, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data, recomendando, assim, a aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 5 de fevereiro de 2016

Rubens Rodrigues Filho
Coordenador

Ênio Meinen

Ricardo Simone Pereira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas examinadas, na posição patrimonial e financeira do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

Brasília – DF, 16 de fevereiro de 2016.

Edemar Fronchetti
Conselheiro Presidente

Dalton de Souza Barros Thomaz
Conselheiro Secretário (suplente)

Persio Marco Antonio Davison
Conselheiro efetivo

José Leandro Resende
Conselheiro efetivo

Luciano Olimpio Guimarães
Conselheiro efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob ("Bancoob" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Bancoob é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob e do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestres findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 16 de fevereiro de 2016

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique Castilhano Vilares - Presidente do Conselho
Geraldo Souza Ribeiro Filho - Vice-Presidente do Conselho
Ivan Capra - Conselheiro
Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro
José Salvino de Menezes - Conselheiro
Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro
Manoel Messias da Silva - Conselheiro
Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro
Rui Schneider da Silva - Conselheiro

DIRETORIA

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Ênio Meinen - Diretor
Ricardo Simone Pereira - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

CONTADOR

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O - S - DF